

122 REP RESERVADAS

POR
UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA
NO
CAMINHO
DE
ABRIL

An abstract graphic design featuring several overlapping circles and lines. Some circles are solid black, while others are white with black outlines. The lines are thin and black, creating a complex, layered composition that frames the text.

LISTA

a

ALUNOS

1979
6 FEV.

ASS. REPRESENTANTES:



B. MONTEIRO
3ª HISTÓRIA



HILDA
4ª GERMAICAS



PÁRGELO
3ª HISTÓRIA



ISABEL
4ª FILOSOFIA



C. SILVA
3ª GEOS.



ANABELA
1ª HISTÓRIA



ISABEL NEVES
3ª ROMANICAS



J. ARAÚJO
1ª HISTÓRIA



GONÇAVES
2ª HISTÓRIA



GUIDA SILVA
2ª ROMANIKS



GUIDA SANTOS
4ª FILOSOFIA



HELDER
4ª HISTÓRIA



MANUELA
4ª GERMAICAS



RUANO
2ª HISTÓRIA



ISABEL
1ª ROMANICAS



ANABELA
3ª HISTÓRIA



PEDRO BISCAIA
4ª HISTÓRIA



RAQUEL VILÇA
3ª HISTÓRIA



MILLA
3ª ROMANICAS



C. SILVA
2ª GEOGRAFIA



LUANO
3ª HISTÓRIA



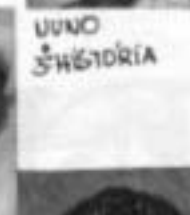
SABIANO
2ª HISTÓRIA



ROSÁRIO
3ª HISTÓRIA



J. RAMOS
CARVALHO



MESQUITA
2ª HISTÓRIA



PITA
4ª FILOSOFIA



LUÍS PONTES
1ª HISTÓRIA



3ª HISTÓRIA



LACERDA
3ª HISTÓRIA



ISABEL
2ª ROMANICAS



HISTÓRIA
HELDER (4ª)

ROMANICAS
EMILIA ALMEIDA (3ª)

GERMAICAS
MANUELA (4ª)

FILOSOFIA
PAULA SANTOS (3ª)

GEOGRAFIA
CARLOS SILVA (3ª)



CONSELHO PEDAGÓGICO:

PROGRAMA

LISTA 2

INTRODUÇÃO.

"POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CAMINHO DE ABRIL" define plenamente os princípios em que se baseia a nossa candidatura à Assembleia de Representantes e Conselho Pedagógico. Adoptando o mesmo lema, a nossa lista vem, pois, na sequência da lista A do ano transacto, pretendendo continuar o trabalho então desenvolvido, melhorando a sua intervenção, para o que conta, em grande parte, com a experiência de trabalho adquirida ao longo do passado ano lectivo. "POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CAMINHO DE ABRIL" é lema que mantém a sua riqueza de conteúdo e que, por isso mesmo, continua actual. De facto (como desde sempre se disse) o actual Decreto de Gestão, antidemocrático, limita as competências dos órgãos de Gestão, atenta contra a legítima e necessária autonomia das escolas, sufoca-as na burocracia centralizada do M.E.C., não lhes permitindo dar resposta capaz e rápida aos problemas que se lhe colocam.

Mas não é com o conformismo (mesmo que disfarçado com justificações pseudo-revolucionárias) propalado por alguns, que estrepadamente se apresentam a este ano às eleições (negando-se a si próprios), nem com o conservadorismo de outros, que pretendem estagnar e reduzir a acção estudantil aos órgãos de gestão, que se conseguirá contrapor uma posição correcta, e por isso democrática, continuando a exigir a revogação de tal decreto.

São cada vez mais e maiores os problemas que se nos colocam, desde questões pontuais, que são específicas deste ou daquele curso, até questões globais que afectam todos e cada um, de igual modo. Problemas que sentimos no aqui e agora, como por exemplo questões pedagógicas e científicas (estruturação dos cursos, condições de trabalho, contratação de professores, etc,) e problemas que se colocam no que respeita à não existência de garantia de saídas profissionais.

No essencial, podemos dizer que todos estes problemas radicam na incapacidade e desinteresse, por demais demonstrados pelos sucessivos M.E.C(s), reflexo lógico e inevitável de uma política inadequada que adia soluções que se impõem, soluções que só poderão ser encontradas mediante discussão e análise, amplas e profundas, por parte dos estudantes, professores e funcionários, mas às quais o M.E.C. se tem feito cego, surdo e mudo.

1 POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Exigir a revogação do decreto sobre a gestão, exigir uma gestão efectivamente democrática em harmonia com as vias por Abril abertas, é um ponto básico e essencial do nosso programa. Enquanto tal reivindicação não for satisfeita, veremos os órgãos gestores da escola reduzidos e limitados a funções que estão aquém da legítima autonomia da mesma, continuar-se-á numa situação em que o M.E.I.C., prepotente, decide sem consulta prévia à escola, devendo esta pura e simplesmente acatar as suas decisões.

Por isso pensamos ser necessário dignificar os órgãos de gestão, definindo e alargando o campo de acção que a cada um deverá caber e postulando uma correcta articulação entre os mesmos. Para dar alguns exemplos, diremos que o Conselho Científico deveria ser eleito pela totalidade do corpo docente, que a Assembleia de Representantes deveria ter poder deliberativo, mesmo se preconizando para a Ass. Geral de Escola (especificando as funções respectivas) e que a Gestão Departamental deveria ser reconhecida.

Os pontos apresentados constituem proposta que poderá servir de base para reflexão e análise. Ao apresentá-los não estamos, pois, a considerá-los como proposta acabada. Consideramos antes que poderá ser um avanço, porque orientação, que permita aclarar ideias e tirar conclusões que formulem uma proposta concreta.

2- INDEFINIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:

Actualmente é gritante a indefinição do Ensino Superior. Formam-se as chamadas "Universidades Novas" que aparecem em oposição às "Universidades Clássicas", senão teoricamente, pelo menos na prática. O surgir destas Universidades não é acompanhado por um projecto que defina a articulação das mesmas com as "Universidades Clássicas". Corre-se o perigo de abertura de um fosso entre ambas, não se sabendo que tipo de profissionais cada uma irá formar. Não se criando cursos diversificados que se dirijam a sectores de conhecimento ainda esquecidos entre nós, pelo contrário criam-se cursos paralelos, adivinhando-se, assim, concorrência entre as "Univ. Novas" e as "Univ. Clássicas", ao invés de complementarização.

Enquanto isto, vai-se tornando cada vez mais urgente a publicação de um ESTATUTO UNIVERSITÁRIO. Na verdade, vivemos numa situação em que tudo, ou quase, passa pelo M.E.I.C., desde a autorização de uma verba até à aprovação de um plano de estudos. A esta organização centralizadora e burocrática haveria que contrapor uma efectiva descentralização nos planos pedagógico, científico, administrativo e financeiro. Desta forma muitos problemas que se arrastam seriam certamente resolvidos (por exemplo, material didáctico, contratação de docentes, etc.).

3- PELA DEFESA DE UMA NOVA ESTRUTURAÇÃO NOS CURSOS DE LETRAS

No decorrer do ano transacto, sem que tivesse havido uma consulta prévia às escolas, o M.E.C. de Cardia faz sair um decreto (53/78) de Reestruturação das Faculdades de Letras. Este decreto mereceu o mais vivo repúdio de amplas camadas de estudantes e professores e muitas foram as estruturas que se manifestaram contra o mesmo, afirmando que este só viria contribuir para a criação do caos pedagógico nas escolas. Extinguindo-se os bacharelados e encurtando-se os cursos para 4 anos, ao fim dos quais se obtém a licenciatura, não se assegura uma formação científica que perspective garantias de capacidade no trabalho dos futuros licenciados. Tenta-se, assim, "fabricar à pressão" professores para o ensino secundário, não se postulando a necessária e indispensável formação pedagógica dos mesmos, lacuna tão grave mas com a qual o, actualmente deputado, Cardia, não se preocupou.

Num momento em que o índice de desemprego é assustador, em que existem licenciados desempregados, certamente que será lógico supor que os futuros licenciados em 4 anos ficarão sempre reduzidos a um plano de inferioridade em comparação com os que façam a sua licenciatura em 5 anos. Para além do mais, o decreto Cardia instaure os "cursos de pós-graduação", sem os quais não se terá acesso à carreira universitária nem à investigação, cursos esses a que não terão acesso todos os que queiram continuar a sua formação pois que para entrarem nos mesmos terão de submeter aos "numeros clausus".

Este decreto, misto de injustiça e incapacidade, foi amplamente contestado. Perspectivou-se a luta a nível de cada Faculdade e a nível nacional. Perante a justeza da luta e da correcta perspectivação que se lhe imprimiu, que conseguimos?

Conseguimos um recuo do M.E.C. que se traduziu na não aplicação integral do decreto, sendo este aplicado aos 1º e 2º anos e tendo-se criado um 4º ano paralelo dando possibilidades de opção.

Obviamente que o M.E.C. jogou com a chantagem económica sabendo que alguns estudantes, mercê das dificuldades materiais, por isso ansiosos de terminar o curso e fim de exercerem a sua profissão e estabilizarem a sua vida escolheriam o 4º ano novo. Porém, o próprio M.E.C. deu a entender que o decreto contém várias falhas, falhas essas que foram apontadas nos pareceres de departamentos e de órgãos de gestão.

.....

Cada vez mais se sente que os cursos de Letras estão desadequados em relação aos sectores do saber que tentam abranger, e às necessidades de quadros.

Por isso imperativo se torna analisar profundamente problemas que se traduzem (alguns exemplos) em:

- a) As saídas profissionais não serem diversificadas.
- b) As faculdades de Letras se limitarem quase só à formação de professores não lhe sendo asseguradas condições de formação didáctica e pedagógica, nem de segurança profissionais.
- c) Falta de perspectivas de resolução dos problemas com que se debatem as faculdades de Letras, como por exemplo a variedade curricular - oito cursos diferentes, uma concepção que vem do século XIX; inexistência de condições de estudo e de trabalho, etc.

Por tudo isto terá bastante importância a realização do Encontro Nacional das Faculdades de Letras, que está em fase de preparação, no qual se poderá refletir discutir sobre todas estas questões e outras que lhe estão subjacentes. Este encontro deverá decidir da realização ou não da Conferência Nacional das Faculdades de Letras, que a efectuar-se, será um passo extremamente importante que trará novas ideias bem concretas e ementas, contributo de estudantes e professores para um ensino mais capaz pedagógica e cientificamente, adequado às necessidades do país, que diversifica as saídas profissionais, contributo, enfim, para um ensino mais digno.

4- CONDIÇÕES DE TRABALHO

Ensinar, aprender, refletir, criar, exigem condições de trabalho que necessariamente se deverão submeter a uma renovação constante, adequada à evolução do conhecimento nos diversos sectores do saber atendendo à matéria e metodologias próprias de cada sector. Condições de trabalho que, se deficientes, implicarão uma formação deficitária, incapaz de evocar o desenvolvimento pleno das capacidades inerentes a cada um.

Por isso, é grave o que se vive na nossa faculdade. A biblioteca e as salas de leitura não oferecem um mínimo exigível em material de estudo, não só porque os livros existentes não abrangem uma ampla diversidade de temas mas também porque (os que existem) são em número por demais reduzido, o que dificulta as consultas.

.....

A contratação de docentes torna-se cada vez mais necessária, pois que, se desde é muito o número de professores se apresentava deficitário, vê-se agora agravado com o facto de ter de dar resposta a mais um ano (o quarto ano novo). O factor numérico necessariamente

se reflecte na própria qualidade de ensino e, por isso mesmo, cria uma situação insustentável.

* * * * *

Paralelamente recupera-se de um modo galopante a formação puramente teórica, simplesmente *livresca*, que caracterizou o ensino do antes de Abril.

O contacto com a realidade, num ensino que viva a verdade, está cada vez mais longe. A vivência prática, estimulante e didáctica, ilustrativa da matéria sobre a qual reflectimos, esvai-se nas páginas mil vezes folheadas, dos livros em que a nossa ânsia de descoberta, se torna um sonho vão. É por isso necessário, para que nem tudo se perca, diminuir um pouco esta lacuna, o que pode ser feito, por exemplo, através de viagens de estudo. E se é certo que tal não é a resolução conseguida para o problema fundamental, pode no entanto ajudar um pouco.

* * * * *

A nossa Faculdade torna-se cada vez mais inoperante. Em boa parte a dificuldade da elaboração de horários teve como causa a falta de salas; salas que se revelam poucas em número e qualidade. O edifício não oferece condições mínimas de conforto. Contém um sistema de aquecimento que parece servir de adorno, que nos obriga a gelar, seja durante o período de aulas, seja durante o período de estudo nas salas de leitura.

* * * * *

A tudo isto estamos também atentos. Todos estes problemas, sejam maiores ou menores têm a sua cota parte nesta situação degradada e degradante em que estudamos, em que vivemos.

5-QUESTÃO ORÇAMENTAL

Um dos problemas mais notórios com que se debata a Universidade é o que concerne aos orçamentos. A política actual aponta para o estrangulamento das "Univ. Clássicas"; na verdade, no ano lectivo de 1976/77 verificou-se que enquanto na Faculdade de Letras de Lisboa as despesas por aluno eram da ordem dos 5.213\$00, na Universidade Nova de Lisboa excediam os 100 contos!

Com os orçamentos actuais torna-se bastante limitada a compra de materiais vários necessários a um funcionamento razoável da Faculdade e também a contratação de docentes.

E, por isso, importante que se processe um levantamento das carências da Escola e se exija ao M.E.I.C. o orçamento justo.

6-POR UMA PARTICIPAÇÃO EFECTIVA DE TODOS OS ESTUDANTES NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA ESCOLA

Como já referimos, a acção estudantil passa pela participação nos órgãos de Gestão da Escola, mas não pode ser reduzida a esta frente de luta. Neste sentido as Comissões de Curso têm um papel importante, como estruturas dinâmicas e mobilizadoras dos estudantes, contribuindo, muitas vezes para a resolução rápida de problemas específicos que se colocam a este ou àquele curso.

Por isso, a nossa lista tentará sempre contactar as Comissões de Curso, como forma de saber, a par e passo, os problemas específicos existentes e informar das nossas posições.

7-TRABALHADORES-ESTUDANTES

Os Trabalhadores-Estudantes, são uma importante força na nossa Faculdade, não só pelo seu peso numérico (cerca de 30% do corpo discente no ano lectivo transacto), mas também pelo seu peso social. Porém, não existem estruturas de apoio definidas que atendam às suas peculiaridades, que tendam a suavizar a dificuldade de articulação entre o trabalho e o estudo. Actualmente, o ensino ministrado marginaliza os T.-E., porque ignora a sua experiência e a sua situação social e não está, de facto, ligado à vida.

Impõe-se, por isso, uma reorganização dos cursos Universitários tradicionais, tendo em conta a experiência profissional e as condições de trabalho e de estudo destes estudantes. Os métodos pedagógicos terão, portanto, de ser adaptados e pensamos ser justo apontar para:

--A revisão do regime de faltas.

--A reestruturação dos actuais ^{trabalhos}brários, de forma a que os T-E preparem o estudo.

--A elaboração de textos de apoio adequados e outro tipo de material didáctico.

Entretanto, e a curto prazo, apoiaremos todas as iniciativas possíveis que contribuam para melhorar a situação desses nossos colegas.

8- AOS ESTUDANTES DO 1º ANO

Após um ano propedêutico, que o R.E.I.C. reconhece ter graves deficiências pedagógicas, cujo objectivo fundamental não é, nem de longe, a preparação dos estudantes para o ensino superior, mas sim a elitização deste nível de ensino fechando as portas ao maior número possível de estudantes; após um ano de tensão, em que todos e cada um não sabem muito bem o que seria a sua vida futura, finalmente entram no ensino superior onde novos problemas se lhes põem.

Desconhecedoras, ainda, da dinâmica da Universidade, sentirão problemas de adaptação que se torna necessário atenuar para que o começo de sua formação científica não sofra grandes perturbações.

A estes estudantes, pela sua situação particularmente delicada, também a nossa lista não poderia deixar de procurar dar uma especial atenção através de todas as formas que tenham cabimento no nosso campo de acção.

PALAVRAS FINAIS

São estas os objectivos fundamentais da nossa lista. Pensemos ter focado os problemas mais presentes da nossa Faculdade, da situação que actualmente se vive, bem como perspectivas para a sua resolução.

Sabemos que a massa estudantil não recua frente aos obstáculos, pelo contrário, torna-se cada vez mais activa, tomando nas suas próprias mãos a resolução dos seus próprios problemas. Nós, estudantes, afirmamo-nos como seres pensantes e agentes, sabendo que da nossa unidade, depende a concretização das nossas reivindicações.

A nossa lista, tudo fará para continuar e alargar a unidade já conseguida no ano lectivo do ano passado, que está na origem dos passos positivos, então, dados. Este ano não estamos no ponto zero. Partimos de um nível em que já alguns avanços foram conseguidos. Pretendemos continuar esse trabalho, dar o nosso contributo.

A nossa capacidade de actuação está dependente de ti. A tua participação é importante para a concretização das reivindicações de todos nós. Essa participação passa, também, pelo voto. Voto que, se aplicado na nossa lista, será a garantia de mais um ano de trabalho, de luta, de passos firmes para soluções necessárias e urgentes que tendem, indubitavelmente, a concretizar toda a riqueza, todas as potencialidades, toda a juventude das vias def' Abril.

ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES - SUPLENTES

1º-BELÉM	4º-HISTÓRIA
2º-FATIMA ALMEIDA	4º-HISTÓRIA-T-E
3º-ANTÓNIO CANELAS	3º-HISTÓRIA-T-E
4º-RUI LUIS	1º-HISTÓRIA
5º-ISABEL ALEXANDRINO	2º-GERMANICAS
6º-CRISTINA MATOS	3º-HISTÓRIA
7º-HELENA	1º-ROMANICAS-T-E
8º-CARLOS PATO	4º-HISTÓRIA
9º-CRISTINA SEABRA	3º-HISTÓRIA
10º-GONÇALVES	2º-HISTÓRIA
11º-MILÓ	3º-HISTÓRIA
12º-CALHAU	4º-HISTÓRIA
13º-ISILDA	3º-ROMANICAS-T-E
14º-CARLOS NINA	2º-HISTÓRIA
15º-GRAÇA AMARAL	
16º-VIRGÍLIO	4º-HISTÓRIA
17º-MARTA HALL	4º-HISTÓRIA
18º-ELVIRA SIMÕES	3º-ROMANICAS
19º-FERNANDO PIRES	3º-HISTÓRIA
20º-MANUEL CARVALHO	2º-HISTÓRIA
21º-TERESA BARQUEIRO	4º-HISTÓRIA
22º-COSTA PEREIRA	3º-HISTÓRIA
23º-DULCE MARIANO	4º-HISTÓRIA
24º-FATIMA PAIVA	3º-GERMANICAS
25º-PAULA ROCHA	1º-HISTÓRIA-T-E
26º-ALZIRA PRECIOSA	4º-GERMANICAS
27º-HELENA VIDEIRA	4º-HISTÓRIA
28º-ROSA REIS	3º-HISTÓRIA
29º-ROSA BARROS	3º-HISTÓRIA
30º-MARGARIDA BORGES	4º-HISTÓRIA

CONSELHO PEDAGÓGICO - SUPLENTES

HISTÓRIA
RAQUEL VILAÇA (3ª)

ROMANICAS
IRENE (3ª)

GERMANICAS
HILDA (4ª)

FILOSOFIA
NITA (4ª)

GEOGRAFIA
CARLOS SIENA (2ª)



CARLOS SIENA

